



DEBATE NA GENERALIDADE DO OE 2022

29 de abril de 2022

DISCURSO DO DEPUTADO RUI RIO (PSD)

O debate parlamentar de um Orçamento do Estado é sempre um momento que tende para uma discussão muito centrada nas medidas concretas que ele nos traz e que afetam mais imediata e diretamente as pessoas.

Essa perspetiva é importante, mas ainda **mais importante, é avaliar o seu contributo para uma estratégia de desenvolvimento do País a médio e longo prazo.**

Este aspeto é, no caso de Portugal, ainda mais relevante, tendo em consideração que os resultados económicos que temos conseguido desde o início do século são francamente negativos.

Por norma, crescemos abaixo da média e, mesmo quando tal não acontece, não deixamos de crescer menos que os mais pobres, de tal molde que Portugal tem caído permanentemente na escala europeia.

Estamos cada vez mais atrasados relativamente aos demais países europeus.

O nosso PIB per capita vai afundando e os portugueses perdendo a esperança de poder ter um nível de vida com padrões europeus.

Não admira, pois, que os nossos jovens mais qualificados emigrem numa dimensão nunca antes vista.

Emigram, porque não encontram no seu País, oportunidades profissionais compatíveis com o nível de preparação que conseguiram alcançar.

Esta proposta de Orçamento do Estado não deixa de dar continuidade à política socialista até agora seguida e cujos resultados são, como disse, um crescente atraso relativo de Portugal.

A mudança que a invasão militar russa provocou no mundo - particularmente ao nível da evolução do comércio mundial e perante a perspetiva de um significativo abrandamento do processo de globalização - obriga as economias a se modernizarem e a se adaptarem a estas transformações.

Por isso mesmo, se até agora, **era fundamental apoiar a modernização das empresas no sentido do reforço da sua competitividade internacional**, perante o quadro do pós-guerra que se prevê, mais decisivo se torna apostar em quem pode tomar a vanguarda da produtividade.

Só dessa forma será possível a Portugal romper com a estagnação económica que tem vivido.



A proposta de Orçamento que aqui apreciamos não vai neste sentido.

Vai, como sempre foi, no habitual caminho da lógica socialista.

Senhoras e senhores Deputados

Elemento vital para o reforço da nossa competitividade é, seguramente, o investimento.

Sem ele não nos modernizamos, nem estaremos capazes de produzir mais e melhor.

Para conseguirmos reforçar o investimento, é preciso, antes do mais, reforçar a poupança.

Sem poupança nacional, teremos de recorrer à poupança externa, ou seja, teremos de endividar ainda mais o País.

Por altura do 25 de Abril, a taxa de poupança representava cerca de 24% do rendimento disponível.

Hoje, representa cerca de 7% e o Governo, não contente com esta evolução, propõe-se desincentivá-la ainda mais, agravando a tributação sobre as mais-valias mobiliárias.

A taxa de IRS que as tributa e que, em 2011 era de 20%, está hoje nos 28% e o Governo quer, através do englobamento, aumentá-la para 33%, e, nalguns casos, para 40%.

Dirá o Executivo que está a tributar os contribuintes de mais elevados rendimentos.

Mas quando precisamos de aumentar a nossa poupança para suportar mais altos níveis de investimento, a sua captação só pode ser junto de quem tem rendimentos para o conseguir.

Esta medida não faz qualquer sentido, porque para conseguir um escassíssimo aumento de receita, ela dá mais uma machadada absurda no incentivo à poupança.

E assim vamos continuando.

Com impostos que todos os anos vão subindo e que, ao serem absorvidos por crescentes gastos do Estado, depois nunca mais voltam para trás, elevando continuamente a carga fiscal global sobre as pessoas e as empresas.

A propaganda do Governo, dirá que até se propõem reajustar os escalões do IRS, mas a verdade, é que a sua tabela geral não tem a devida atualização à taxa de inflação, o que representa um óbvio aumento do imposto.

Porque a inflação é, na prática, um verdadeiro imposto escondido.

Mas se esta enorme carga de impostos que pagamos, servisse para termos serviços públicos em condições, os portugueses até poderiam perceber o porquê de tal sacrifício.

A verdade é que **com esta governação de perfil laxista, os serviços públicos portugueses, têm sofrido uma acentuada degradação.**



Sente-se na ação do Ministério da Administração Interna, no setor da Educação, na incapacidade da Justiça, na desorganização e lentidão dos serviços da Segurança Social ou no Serviço Nacional de Saúde.

Os portugueses pagam impostos, mas quem os gere, não tem tido a capacidade para lhes oferecer serviços públicos aceitáveis.

Tem, sim, oferecido uma degradação da sua qualidade e, no que ao SNS concerne, tem, até, provocado o crescimento da taxa de mortalidade.

Senhor Presidente

Senhores Membros do Governo

Senhoras e senhores Deputados

A inflação, é nesta proposta de Orçamento, a galinha dos ovos de ouro do Governo.

É através dela, que o Governo se propõe enganar as pessoas, não cumprindo as promessas feitas, escassos três meses após as eleições legislativas.

Ao se propor subir os salários apenas 0,9%, quando a inflação na zona euro já passou os 7%, é evidente que os salários irão perder, pelo menos, 4% de poder de compra neste ano de 2022.

Isto representa uma perda superior a meio salário mensal para cada trabalhador.

É como se se fizesse um corte de mais de 50% no subsídio de Natal dos portugueses.

Que diria o PS se outro Governo tomasse esta medida: cortar mais de metade do subsídio de Natal aos trabalhadores?

Diria, seguramente – como sempre disse - que estávamos em austeridade.

Pois bem, aqueles que repetiram, vezes sem conta, que com eles jamais haveria austeridade, são os mesmos que agora, com grande descaramento, mandam as suas próprias palavras às urtigas.

Prometeram subir o salário médio.

Prometeram um forte aumento do salário mínimo.

Prometeram aumentar o peso dos salários no rendimento nacional.

Prometeram que, com eles, jamais haveria austeridade. Prometeram, prometeram e prometeram.

Passaram-se três escassos meses, e, como era de prever, as promessas foram levadas pelo vento, logo ao soprar da primeira brisa.

Alguns habituais votantes do PS, encararão esta lógica de atuação com grande normalidade.

"Afinal, os políticos são assim mesmo, prometem e depois não cumprem", dirão esses resignados perante a cultura dominante.



Mas, os que o fizeram pela primeira vez, sentir-se-ão enganados e, se houvesse a tal segunda volta que o Sr. Primeiro-ministro aqui usou para se vangloriar, parece-nos certo que esses votos já não seriam para os mesmos.

Porque, à custa da inflação – que, por força da pandemia, até já se previa antes da guerra - o Governo renuncia olímpicamente aos seus compromissos para com os portugueses.

Não adiantam explicações técnicas sobre o que quer que seja.

As condicionantes técnicas deviam ter sido apresentadas na campanha eleitoral.

Foi isso que, transparentemente, o PSD fez.

Quando tocou a ganhar votos, para o PS não houve condicionantes, houve promessas claras, que agora são lançadas no caixote do lixo da política, a juntar a muitas outras que, ao longo da história, lá foram parar.

Senhor Presidente

Senhores Membros do Governo

Senhoras e senhores Deputados

Como já aqui o afirmei, **a redução do défice que se verificou entre 2016 e 2019 não teve qualquer mérito em termos de uma política governamental estruturada**, com reflexos para o futuro.

Essa redução foi alcançada à custa da inércia.

Fundamentalmente, à boleia da política monetária do Banco Central Europeu, que provocou uma brutal descida dos juros da dívida pública e um aumento dos dividendos do Banco de Portugal.

A estas facilidades, o Governo somou subidas dos impostos e fez cortes no investimento público.

De esforço estrutural que provocasse uma consolidação real da despesa pública nada se viu, porque nada existiu.

Nesta proposta de Orçamento, continuamos na mesma.

Só que, à ajuda do BCE, junta-se agora a inflação, que ao provocar uma subida nominal do PIB – o que não corresponde a um efetivo crescimento económico dessa dimensão – permite ao Governo agitar alguns rácios menos negativos, quando pouco tem que fazer para isso e sem que eles correspondam a uma melhoria substancial da situação financeira do País.

O rácio da dívida pública sobre o PIB que era de 55% no início deste século, é hoje de 127%.

Significa que **o Estado português é, neste momento, o 12º mais endividado do mundo**.

Este perigoso nível de endividamento, principalmente, num cenário de subida das taxas de juro como o que já estamos a viver, e cuja fatura irá aparecer com estrondo ao longo dos próximos anos, obrigava a uma estratégia orçamental sustentada para a sua redução.

Nunca foi essa a opção do Governo.



A opção foi, e é, a de nada fazer ao nível da gestão da despesa e ficar-se pelos ganhos meramente conjunturais que as circunstâncias lhe permitem exhibir.

Senhor Presidente

Senhores Membros do Governo

Senhoras e Senhores Deputados

A proposta de Orçamento de Estado para o presente ano de 2022, é mais do mesmo.

Não coloca as empresas no centro das prioridades, de molde a conseguirmos mais crescimento e mais e melhores salários.

Nada faz pela consolidação da despesa.

E restringe o investimento público às verbas europeias, o que, olhando à evolução recente, nos deve preocupar, pois findas essas ajudas, a nossa estrutura de despesa estará cada vez mais rígida e, portanto, com menos capacidade de libertar meios para investimento público.

Mas esta proposta tem também o pecado capital de não cumprir as promessas feitas pelo PS ao nível do poder de compra dos salários.

E, acima de tudo, ela contradiz de forma descarada o discurso base de um partido que durante os últimos anos não se cansou de repetir à saciedade que, com ele, jamais haveria austeridade.

Temos, assim, para votação, um documento que dá razão aos que criticam os políticos por muito prometerem e pouco cumprirem.

Para o PS, isso pode até ser um mero pormenor, mas, para o PSD, só esse facto já seria mais do que suficiente para votar contra a sua aprovação.

É isso que iremos fazer, pelas razões aqui apresentadas.

Não queremos ser cúmplices de uma estratégia económica, que em vez de procurar rasgar novos horizontes, insiste e persiste no que até aqui tão fraco resultado deu.